(Ac. 2a.T-1082/81)

MVR/mdgs

O empregado que tem rescindido seu contrato de trabalho e, mais de seis meses após, é eleito, pela assembléia geral, diretor financeiro da sociedade anônima não tem direitos trabalhistas relativamente ao período em que exerceu o cargo de diretor eleito. - Recurso de revista conhecido por divergência jurisprudencial, mas a que, no mérito, se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista nº TST-RR-193/81, em que é Recorrente RUBERTO MARX e Recorrido TECHNOS RELÓGIOS S/A.

O Eg. Tribunal do Trabalho a quo, confirmando sentença de primeira instância, considerou que o Recorrente não tem nenhum direito, porque foi admitido como empregado, teve seu contrato rescindido e apenas meses depois foi eleito diretor da sociedade anônima, cargo do qual, mais tarde, foi destituído.

Interposto, admitido e processado o presente recurso de revista, a douta Procuradoria Geral opinou pelo não conhecimento e não provimento do mesmo.

É o relatório.

V O T O

Preliminarmente - Em que pesem as particularidades do caso vertente, encontro divergência jurisprudencial quanto à tese da natureza jurídica do cargo de diretor de sociedade anônima eleito em assembléia geral de acionistas.

Por isso, na forma do art. 896, da CLT, conheço da revista.

Mérito - Tenho sustentado que quando o em

pregado, na vigência do seu contrato de trabalho, aceita a e leição, pela assembléia geral, para diretor da sociedade anô nima, é possível considerar-se rescindido ou, pelo menos, sus penso o contrato de trabalho, a partir de sua investidura.

No caso dos autos, porém, não é essa a hipótese controvertida, porque a eleição do Recorrente se deu quando, há vários meses, ele havia deixado de ser empregado da Recorrida.

Vejamos os fatos acentuados na instância ordinária:

O Recorrente foi admitido como empregado em 1º de abril de 1963. Em 31 de janeiro de 1967, optou pelo regime do FGTS e, em 31 de dezembro de 1970 teve seu contrato de trabalho rescindido, recebendo o que lhe era devido a título de indenização do seu tempo de serviço na empresa.

Mais de seis meses depois, isto é, em 16 de junho de 1971, voltou o Recorrente à empresa. Não mais, porém, na condição de empregado e, sim, como diretor financeiro, eleito pela assembléia geral da sociedade anônima, permanecendo nesse cargo até 26 de junho de 1975, quando foi destituído (fls. 452 e 453).

Em síntese, pois: Os direitos do Recorrente como empregado foram satisfeitos quando se operou a rescisão de seu contrato de trabalho. Relativamente ao tempo em que foi diretor eleito, quando - acentue-se - há mais de seis meses deixara de ser empregado da Recorrida, não lhe assiste nenhum direito trabalhista.

A sentença e a decisão proferidas nas instâncias ordinárias, que examinaram a prova, estão, portanto, perfeitamente de acordo com a lei, a jurisprudência dominante e o Direito.

Nego provimento à Revista.

I S T O P O S T O

A C O R D A M os Ministros da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho conhecer do recurso,

mas negar-lhe provimento, unanimente.

Brasília, 07 de abril de 1.981.

Presidente

MARCELO PIMENTEL

Relator

MOZART VICTOR RUSSOMANO

Ciente:

Procurador

NORMA AUGUSTO PINTO

29 5
Bsq
81